



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12607 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

A ATUAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA
Silvana Cavalcanti Leal Morais - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

A ATUAÇÃO DO SETOR EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

INTRODUÇÃO

Atualmente, tem-se observado, na educação básica pública, a atuação cada vez mais intensa e frequente de atores privados, que vêm conquistando importantes espaços de debates, de decisões e de definições de políticas públicas educacionais, avançando assim para vários sistemas e redes de ensino públicas. Com a organização de um conjunto de influências – tais como fundações, institutos, associações, mídia e o apoio de empresários e políticos – esses atores empresariais influenciam, interferem e disputam os rumos da educação básica pública, vinculando-os aos interesses empresariais. Nesse contexto, simultaneamente, estão presentes a implementação de propostas de reforma da educação, “com autoria e financiamento empresarial”, que pensam a escola como uma empresa, em que os seus “processos educativos têm de ser padronizados e submetidos a controle” (FREITAS, 2018, p. 28). Na oportunidade, a concepção gerencialista vem sendo introduzida no âmbito educacional, com a justificativa de se garantir uma suposta eficiência e qualidade, de acordo com os parâmetros de mercado.

Nesse sentido, Peroni aborda o conceito de Terceira Via, que consiste em reformar o Estado de acordo com os parâmetros de qualidade do mercado, visto que, segundo diagnósticos, o Estado seria ineficiente e, por esse motivo, não deveria ser o executor das políticas sociais. Assim, essa responsabilidade deveria ser repassada para a sociedade civil, por meio do Terceiro Setor, que surge como suposta alternativa para o aprimoramento e qualificação das políticas sociais e para que a lógica do mercado seja aprofundada (PERONI, 2013).

Nessa perspectiva, a sociedade civil passa a ser a responsável pela execução das políticas sociais através do terceiro setor, que tem sua concepção de política social vinculada

ao gerencialismo, à lógica do mercado e ao empreendedorismo.

Considerando tal cenário, o presente estudo tem como objetivo discutir a atuação do setor empresarial na educação básica pública a partir dos estudos teóricos de Dardot & Laval (2016), Freitas (2018), Martins (2019), Peroni (2013) e Silva (2018). Nesse resumo, procuramos compreender os objetivos da atuação do setor empresarial na educação básica pública e quais os direcionamentos, rumos e reformas educacionais que tal setor pretende dar à educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Historicamente, a educação básica pública tem sido objeto de atenção e disputa do setor empresarial. Ao mesmo tempo que esse setor reconhece a sua importância, ele tenta definir os seus limites para classe trabalhadora, pois entendem que essa classe precisa ter acesso ao ensino e ao conhecimento para que possa atender às novas demandas e exigências da sociedade e do mercado de trabalho, mas apenas aquele mínimo necessário para se inserirem no processo de produção e capital crescer. Segundo Freitas (2018), na obra *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*, os reformadores visam a implementação de reformas educacionais para

por um lado, garantir o domínio de competências e habilidades básicas necessárias para a atividade econômica revolucionada pelas novas tecnologias e processos de trabalho (Revolução 4.0) e, por outro, garantir que tal iniciativa se contenha dentro da sua visão de mundo que se traduz em um *status quo* modernizado (FREITAS, 2018, p.42).

Percebe-se, portanto, que o setor empresarial tem se fortalecido por meio de uma ação organizada empresarial de diversos setores, que reúnem organizações empresariais com seus institutos e fundações, governos, terceiro setor, dentre outros, que aspiram vincular os interesses do capital à educação pública em favor da manutenção da sociedade de classes, formando, assim, as chamadas Redes em prol da educação. Para caracterizar o modo como as políticas neoliberais se organizam, atuam e interferem nas políticas educacionais, através da coalizão de forças, poderes e interesses, Dardot & Laval apresentam a seguinte caracterização:

O sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, atores financeiros e grandes organismos econômicos mundiais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forma pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 8).

Entendendo a educação como parte importante e estratégica para a manutenção da sociedade de classes, o setor empresarial passou a se organizar em redes, se mobilizando, se articulando, atualizando as suas formas de intervenção na educação, conseguindo, assim, tornar suas ideias consenso na sociedade, para a consolidação das suas políticas educacionais. Segundo Avelar e Ball (2017), no Brasil, a reforma na educação se constrói por meio dessas

redes de alianças.

No Brasil, o Movimento Todos Pela Educação (TPE) é uma expressão maior dessa coalizão entre setor privado, organizações sociais e terceiro setor, que influencia diretamente nas prioridades políticas educacionais. No movimento Todos pela Educação (TPE), se destacam os empresários Jorge Gerdau, Johannpeter, Milu Villela e Viviane Senna e Jorge Paulo Lemann (MARTINS, 2019, p. 45).

Nesse sentido, constata-se o crescente interesse e atuação de instituições privadas na educação pública:

nas últimas décadas, os empresários têm se fortalecido como uma das vozes mais significativas na disputa pelo controle dos conteúdos, métodos e finalidades da educação da classe trabalhadora, ou seja, pela condução da política educativa latino-americana, intensificando seu condicionamento aos interesses privados (MARTINS, 2019, p.42).

A fim de justificar a participação dessas organizações lideradas por empresários, é propagada a ideia de que a educação sozinha não conseguirá garantir a qualidade e que a garantia do direito à educação de qualidade depende do envolvimento de todos (tanto dos indivíduos quanto das organizações e da participação da sociedade civil). Nesse sentido, a atuação desses grupos recorre ao discurso da garantia do direito à educação de qualidade. É neste contexto que surgem redes de grupos empresariais que atuam na educação pública.

No Brasil, essas organizações têm disputado com intensidade os rumos da educação brasileira e passaram a conquistar cada vez mais espaços. Participam ativamente de vários espaços privilegiados de debates, discussões e tomadas de decisões em políticas públicas educacionais, atuando junto ao Ministério de Educação, Conselhos, Secretarias de Educação e à mídia. Influenciam nas tomadas de decisões, participam da formulação e implementação de políticas educacionais, criam programas e projetos voltados à melhoria dos resultados educacionais e oferecem soluções políticas para os problemas e desafios educacionais, propondo reformas na educação. Atuam como autoridades em matéria de educação, defendendo discursos, difundindo os seus valores, participando da tomada de decisões, podendo transmitir informações, dar opiniões, influenciando e interferindo nas políticas públicas educacionais.

As políticas neoliberais têm implantado, no âmbito da educação pública, práticas gerencialistas e de performatividade. Dessa forma, os sujeitos são subjetivados num processo de produtividade constante, para atingir metas e resultados cada vez maiores. De maneira semelhante, o processo de ensinar também sofre intervenções. Passa-se a cobrar dos professores práticas performáticas, constante análise de relatórios, planilhas, resultados de avaliações, padronização curricular e cumprimento de metas de resultados sobre a aprendizagem do aluno. A gestão escolar também sofre sérias influências, passando a adotar um modelo de administração escolar voltada ao controle e monitoramento das ações dos professores (SILVA, 2018).

Essa transposição das regras de funcionamento do mercado para o setor público, impõe uma nova prática de governo baseada no gerencialismo, que impõe ao setor educacional formas intensificadas de poder e de controle centralizado.

Portanto, percebe-se que as intenções da atuação dessas organizações privadas na educação pública são de constantes reformas, de acordo com as políticas neoliberais e seguindo uma lógica do mercado, reforçando o gerencialismo nas escolas e a performatividade dos professores. Assim, a escola passa a ser reconfigurada por meio de um conjunto de atribuições que indicam produtividade e eficiência (SILVA, 2018).

Vários estudos realizados sobre a atuação do setor empresarial na educação pública constatarem uma tendência para o controle e responsabilização das escolas e professores, a retração do papel central do Estado, a valorização de estratégias de regulação voltadas para a responsabilização pelos resultados e, por fim, para a sobrevalorização do aspecto gerencial ou de gestão em detrimento dos aspectos pedagógicos e sociais nas dinâmicas internas da escola. É nesse contexto que essas organizações mostram o seu potencial de instrumentalização a serviço de uma perspectiva neoliberal e de uma educação regulada pelos interesses do mercado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível perceber que no Brasil, está em andamento a articulação de um projeto global de educação que visa fortalecer reformas educacionais, por meio da intensa atuação de fundações, institutos, empresas e outras entidades ligadas ao chamado Terceiro Setor na educação pública; estas entidades desenvolvem, no âmbito das instituições educacionais públicas, práticas gerencialistas e de performatividade e programas e projetos que provocam significativas alterações na gestão educacional e influências na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais, como por exemplo, por meio dos currículos impostos, da mercantilização da educação, do submetimento das instituições do conhecimento a lógica da reprodução do capital, da redução da educação ao preparo para o mercado de trabalho, currículos e pedagogia para o domínio das competências, avaliação de resultados, currículos e pedagogia mais rígidos e conservadores. como forma de estabelecer os mesmos parâmetros mercadológicos na educação pública. Nesse sentido, consideramos importante refletir sobre a importância de um movimento de resistência para que a educação não se submeta de maneira subserviente à direção, ao controle e à racionalidade dos grupos dominantes.

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boi tempo, 2016.

FREITAS, Luiz.C. **A reforma empresarial da educação**: nova direta, velhas ideias. São Paulo: Expressão popular, 2018.

PERONI, V.M.V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. 1. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2013.

HYPÓLITO, ÁLVARO MOREIRA. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponível em:

MARTINS, Érika Moreira. Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais em prol da educação. **Revista Educação e Sociedade**. Edição Especial América Latina, p. 40-59, out. 2019.

MARTINS, Érika Moreira. **Empresariamento da educação básica na américa latina**: redes empresariais prol educação. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

SILVA, Maria Eloísa da. **Redes de influência em Mato Grosso** – o estado e as parcerias público-privadas e a reconfiguração da política educacional da rede estadual. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.